

Análise das demonstrações contábeis de partidos políticos

Analysis of accounting statements of political parties

Rosilania Silva de Queiroz¹
Cássio Rodrigo da Costa Almeida
Adriana Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino

RESUMO

A análise das demonstrações contábeis pode ser utilizada como ferramenta gerencial nas organizações, independentemente de sua área de atuação, inclusive as do terceiro setor, como os partidos políticos. Dessa forma, o estudo objetivou analisar como os indicadores econômico-financeiros de partidos políticos poderiam indicar se houve evolução nos aspectos econômicos e financeiros dessas entidades. A metodologia adotada foi de natureza descritiva e documental, com abordagem qualitativa, do qual foram analisados os Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado dos Exercícios dos 5 partidos com maior representatividade na câmara federal antes das eleições de 2018, entre os períodos de 2013 a 2017. Foram calculados os principais índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, assim como as análises horizontais e verticais. Diante dos resultados obtidos, pode-se observar que o Partido Progressista (PP), Partido da República (PR) e Partido dos Trabalhadores (PT) evoluíram nos aspectos econômico-financeiros, aumentando de forma considerável seus recursos. Enquanto o Partido Socialista Brasileiro (PSB) conseguiu sair de um quadro deficitário para uma situação superavitária, ainda que de forma pouco expressiva e o Partido Social Democrático (PSD) foi o único que não cresceu, ocorrendo leve redução de seus recursos ao longo dos exercícios estudados. Dessa forma foi possível identificar a relevância na aplicação dos indicadores econômicos, como forma de analisar as atividades da administração e seus resultados financeiros alcançados.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Análise Econômico-Financeira. Partidos Políticos.

ABSTRACT

The analysis of financial statements can be used as a managerial tool in organizations, regardless of their area of activity, including those in the third sector, such as political parties. Thus, the study aimed to analyze how the economic-financial indicators of political parties could indicate whether there was an evolution in the economic and financial aspects of these entities. The methodology adopted was of a descriptive and documentary nature, with a qualitative approach, from which the Balance Sheets and Income Statements of the Exercises of the 5 parties with greater representation in the federal chamber before the 2018 elections, between the periods of 2013 to 2017 were analyzed. The main liquidity, indebtedness and profitability indices were calculated, as well as the horizontal and vertical analyzes. In view of the results obtained, it can be observed that the Progressive Party (PP), Partido da República (PR) and Partido dos Trabalhadores (PT) have evolved in the economic-financial aspects, increasing their resources considerably. While the Brazilian Socialist Party (PSB) managed to move from a deficit to a surplus situation, albeit in a not very significant way, and the Social Democratic Party (PSD) was the only one that did not grow, with a slight reduction in its resources during the years. studied. Thus, it was possible to identify the relevance in the application of economic indicators, as a way of analyzing management activities and their financial results achieved.

Keywords: Accounting Statements. Economic and Financial Analysis. Political Parties.

¹ Autor correspondente: Rosilania Silva de Queiroz - E-mail: rosilania.queiroz@outlook.com

INTRODUÇÃO

Atualmente as demonstrações contábeis divulgadas pelas entidades têm sido objeto de diversos estudos, auxiliando na interpretação de fenômenos econômicos e financeiros, em que segundo Azevedo (2013) a análise desses demonstrativos leva ao conhecimento detalhado das entidades, tornando possível a comparação com outras organizações do mesmo ramo e também com períodos diferentes. Ferrari (2009) contribui falando que as demonstrações contábeis constituem quadros técnicos, com a finalidade de expor de forma clara, sistematizada e objetiva a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades.

Quaisquer companhias podem utilizar a análise das demonstrações contábeis como ferramenta gerencial, inclusive as entidades do terceiro setor, que são consideradas organizações sem fins lucrativos, onde na visão de Albuquerque (2006, p. 95) “um dos grandes desafios das entidades sem fins lucrativos é a busca pela captação de recursos, fundamentais ao desenvolvimento de suas atividades”. Os partidos políticos se enquadram nesse perfil, sendo associados não somente a esfera eleitoral, mas também com a formulação de políticas de prestação de contas à sociedade. Kinzo (2004, p. 24) conceitua os partidos políticos como “agentes do processo representativo democrático, respaldados pela soberania e o voto popular, são o canal de expressão de interesses entre a sociedade e o Estado”.

Os partidos políticos podem utilizar destes instrumentos de análise, tendo em vista a obrigatoriedade que possuem de elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis, onde a Lei 9.096/95 – Lei do Partidos Políticos, impõe que “o partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte” (BRASIL, 1995, p. 14). Ainda nesse contexto, a Resolução 23.546/17 também relata sobre a obrigatoriedade da publicação da demonstração do resultado do exercício para fins de prestação de contas (BRASIL, 2017). Embora essa análise seja fundamental, a mesma não é obrigatória e serve apenas para fins gerenciais, inclusive para os partidos.

Rodrigues (2018) relata em seu trabalho que a análise das demonstrações contábeis já foi tema de inúmeras pesquisas envolvendo empresas de diversos ramos de

atuação, onde seu trabalho, por exemplo, foi feito com empresas da área de utilidades domésticas. Porém diversas buscas foram feitas e pode-se verificar a inexistência de pesquisas anteriores abordando a análise das demonstrações contábeis em partidos políticos em específico.

Nesse âmbito, a pesquisa surge com a seguinte indagação: Como os indicadores econômico-financeiros de partidos políticos que possuíam maior representatividade na câmara federal podem indicar se houve evolução nos aspectos econômicos e financeiros dessas entidades entre os períodos de 2013 à 2017? Logo, o objetivo geral consiste em apresentar como os indicadores econômico-financeiros de partidos políticos que possuíam maior representatividade na câmara federal podem indicar se houve evolução nos aspectos econômicos e financeiros dessas entidades entre os períodos de 2013 à 2017. Os objetivos específicos são interpretar os índices de liquidez, endividamento e rentabilidade e descrever por meio da análise horizontal e vertical a situação patrimonial e de resultado.

O estudo justifica-se pela relevância na aplicação dos índices econômicos e financeiros, como também a análise das atividades da administração, como forma de avaliar os resultados obtidos provenientes das decisões financeiras tomadas no passado dessas entidades. Sobre os aspectos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, bibliográfica e documental, sendo analisados as demonstrações contábeis dos cinco partidos políticos com maior representatividade na câmara federal antes das eleições de 2018, tendo uma abordagem qualitativa, pois foi estudada as particularidades de cada entidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Aspectos Gerais dos Partidos Políticos e suas Demonstrações Contábeis

Os partidos políticos são definidos como pessoa jurídica de direito privado, com a finalidade de assegurar a autenticidade do sistema representativo democrático (BRASIL, 1995). São organizações sociais sem fins lucrativos, com ideais, princípios e convicções próprias, que possui o objetivo de conquistar e exercer o poder político (MEZZAROBA; TRAMONTINI, 2015).

Os princípios fundamentais para elaboração e publicação das demonstrações contábeis dos partidos políticos estão dispostos na Lei 9.096/95 e na Resolução 23.546/17. Seu objetivo é relatar as obrigações referentes às finanças, contabilidade e prestação de contas dos mesmos (BRASIL, 2017).

A Resolução 23.546/17 menciona que eles devem agir conforme algumas regras, em quaisquer níveis de direção, sendo obrigados a prestar contas junto com a Justiça Eleitoral do seu Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Exercício (BRASIL, 2017). Neste sentido, a Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas dos partidos, sendo obrigatório o envio da documentação do exercício findo até o dia 30 de abril do ano subsequente, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou ao órgão estadual ou municipal (BRITO; DANTAS, 2016).

Assim sendo, Mezzaroba e Tramontini (2015) relatam a relevância dos partidos dentro do Estado, do qual servem para representar a vontade política dos cidadãos. Nesse contexto a contabilidade funciona como um intermediário no processo de divulgação das informações financeiras e prestação de contas destes, perante a sociedade e os órgãos competentes.

Doações e Fundo Partidário

A principal fonte de arrecadação de recursos dos partidos políticos se dá através de doações e do Fundo de Assistência Especial aos Partidos Políticos, conhecido como Fundo Partidário. Brito e Dantas (2016, p. 194) comentam que os “partidos podem receber recursos de várias origens, dentre eles estão: as doações, as contribuições, as sobras de campanha, as transferências intrapartidárias recebidas e os recursos do Fundo Partidário”.

As doações recebidas podem ser feitas diretamente aos diretórios nacionais, estaduais ou municipais, devendo remeter à Justiça Eleitoral os demonstrativos referentes ao seu recebimento, onde poderão ser desde valores estimáveis em dinheiro, como bens ou serviços para comercialização (BRASIL, 2017).

Com relação aos recursos do fundo partidário, Bolognesi (2016) comenta que sua principal função é a manutenção das atividades cotidianas dos partidos, não sendo usado apenas para financiar gastos eleitorais. Schaefer (2017) menciona que a legislação

não impõe nenhum regulamento quanto à distribuição dos recursos oriundos desse fundo aos demais diretórios, ficando livre a concentração de todo o valor recebido na Executiva Nacional.

Do montante arrecadado do fundo partidário, 5% do valor é destinado de igual maneira para todos os partidos que atendam aos requisitos de acesso e 95% é distribuído de acordo com a proporção de votos obtidos na última eleição para a Câmara Federal (BRASIL, 1995). Neste sentido, os partidos que recebem maior quantidade de votos, são os que mais ganham recursos do Fundo, ocasionando uma tendência de concentração nos maiores partidos (BOLOGNESI, 2016).

Caso ocorra o recebimento de algum recurso do qual sua origem não foi identificada, o partido ficará suspenso de receber quaisquer valores do Fundo Partidário (BRASIL, 1995). Dessa forma, eles são impedidos de utilizarem recursos financeiros do qual não saibam identificar sua origem (BRITO; DANTAS, 2016).

Indicadores Econômico-Financeiros

A análise das demonstrações contábeis por meio dos indicadores econômicos e financeiros possibilita a entidade obter uma visão ampla de seus resultados, servindo como ferramenta para estimar o futuro (SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016). Essa análise tem o objetivo de estudar o desempenho das organizações em um dado período, com o intuito de identificar sua situação econômica (ASSAF NETO; LIMA, 2017).

Medeiros *et al.* (2012) complementam falando que os indicadores financeiros podem ser divididos em índices de liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade, sendo este último analisado de acordo com ramo de atuação da empresa, tendo em vista algumas não possuírem tais serviços.

Com relação aos índices de liquidez, Fanti *et al.* (2016) falam que os mesmos indicam a capacidade de pagamento da empresa. Dias (2016) contribui falando que os mesmos servem para confrontar os bens, direitos e obrigações da entidade. Conforme Fanti *et al.* (2016) e Beling (2010), os mais utilizados são: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral.

A liquidez corrente indica a capacidade de pagamento da organização no curto prazo, entendendo quanto maior, melhor será a capacidade de cobrir suas necessidades.

Sua fórmula se dá pela divisão do ativo circulante, pelo passivo circulante (ASSAF NETO; LIMA, 2017).

A liquidez seca expressa a liquidez no curto prazo, deduzindo seus estoques, interpretado quanto maior, melhor para a mesma. Sua fórmula se dá pela divisão do ativo circulante deduzido dos estoques, pelo passivo circulante (DIAS, 2016; RODRIGUES, 2018).

A liquidez imediata aponta a capacidade de pagamento no curtíssimo prazo, representando o quanto à entidade possui para cobrir as obrigações de imediato, sendo quanto maior, melhor. Sua fórmula se dá pela divisão das contas caixa e seus equivalentes, pelo passivo circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

A liquidez geral diz o quanto a entidade possui de recursos de curto e longo prazo para cobrir suas dívidas de curto e longo prazo, interpretado quanto maior, melhor. Sua fórmula se dá pela divisão do ativo circulante e o realizável a longo prazo, pelo passivo circulante e não circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Sobre os índices de endividamento, na visão de Abib *et al.* (2015), eles servem para medir o nível de endividamento da organização, tendo como objetivo identificar o comprometimento do seu capital próprio com o de terceiros. Beling (2010) e Rodrigues (2018) complementam informando que os mais utilizados são: participação de capitais de terceiros, garantia do capital próprio ao capital de terceiros e composição do endividamento.

A participação de capitais de terceiros mostra o percentual do ativo que é financiado pelo capital de terceiros, interpretado quanto menor, melhor. Sua fórmula se dá pela divisão do exigível total, pelos recursos totais (SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016; BELING, 2010).

A garantia de capital próprio ao capital de terceiros indica a garantia que a entidade possui de capital próprio para com o de terceiros, sendo ideal ter os resultados acima de 1. Sua fórmula se dá pela divisão do patrimônio líquido, pelo capital de terceiros (DIAS, 2016).

A composição do endividamento expressa o percentual de capital de terceiros vencíveis no curto prazo, sendo quanto menor, melhor. Sua fórmula se dá pela divisão do passivo circulante, pelo capital de terceiros (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Quanto aos indicadores de rentabilidade, Silva, Couto e Cardoso (2016, p. 32)

falam que “a análise dos índices de rentabilidade tem o objetivo de medir a capacidade de produzir lucro e de todo o capital investidos nos negócios”. Ferrari (2009) diz que os mais utilizados para análise são: taxa de retorno sobre o investimento e taxa de retorno sobre o patrimônio líquido.

A taxa de retorno sobre o investimento mede o poder de ganho da empresa, indicando o período de tempo em que ela será capaz de recuperar o capital investido, interpretado quanto maior, melhor. Sua fórmula se dá pela divisão do lucro líquido, pelo ativo total (LISBOA; FREIRE, 2017; MEDEIROS *et al.*, 2012).

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido mede o poder de ganho dos proprietários, indicando o retorno que eles têm de seus investimentos, sendo quanto maior, melhor. Sua fórmula se dá pela divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido (FERMON; MOREIRA; SOUZA NETO, 2017; RODRIGUES, 2018).

Técnicas de Análise

Na visão de Beling (2010), mediante a análise das demonstrações contábeis é possível extrair informações sobre a situação econômica da entidade, mediante interpretação dos indicadores econômicos e financeiros e das técnicas de análises horizontal e vertical. Neste sentido, Dias (2016, p. 7) diz que “a análise horizontal aponta a variação dos itens através de períodos, já a análise vertical aponta o percentual que cada item representa do todo”.

Ferrari (2009) caracteriza análise vertical como uma relação entre um elemento e seu grupo, relacionando a parte como um todo. Na visão de Fanti *et al.* (2016), esse método permite a comparação com padrões do mesmo ramo ou seus próprios percentuais de anos anteriores, mostrando a relevância de cada conta em relação a demonstração a qual pertence. Segundo Azevedo (2013), através dela pode-se conhecer a estrutura dos recursos aplicados no ativo e suas respectivas origens, permitindo uma importante contribuição na comparação do crescimento.

Conforme Padoveze (2011), utiliza-se o parâmetro de 100% como critério básico de cálculo, fazendo uma relação percentual de todos os elementos sobre ele, onde no balanço patrimonial adota-se como tal elemento o total do ativo e passivo e na demonstração do resultado do exercício usa-se o valor total das receitas líquidas.

Com relação a análise horizontal, Costa (2018) menciona que esta consiste em identificar a evolução dos componentes patrimoniais ou de resultado em um certo período de tempo. Padoveze (2011) complementa falando que ela pode ser definida como uma avaliação de crescimento ou diminuição, tomando-se como base 100% de todas as contas de um determinado período, fazendo uma relação percentual com os dados de outro período identificando suas variações.

No dizer de Martins, Miranda e Diniz (2014) essa variação pode ser positiva ou negativa, ou seja, determinada conta pode ter aumentado de valor, como também pode ter ocorrido uma redução. Dias (2016) relata que esses métodos de análises, juntamente com os indicadores econômico-financeiros, servem para obter uma avaliação completa da entidade e caso seja feito apenas uma, pode ocasionar interpretações errôneas e equivocadas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como descritiva por realizar o estudo, análise e interpretação dos fatos. Sobre os aspectos técnicos, tem caráter bibliográfico, pois utilizou livros, artigos, revistas, entre outros arquivos, onde conforme Severino (2007) esse tipo de estudo se realiza por meio de registros disponíveis, oriundos de pesquisas anteriores, como livros e artigos. Também considerada documental, por analisar os balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício referentes aos períodos de 2013 à 2017.

Em relação ao escopo da amostra, inicialmente seriam analisadas as demonstrações contábeis dos diretórios nacionais dos cinco partidos políticos que possuíam maior representatividade na câmara federal antes das eleições de 2018, conforme dados disponibilizados pela própria câmara. As demonstrações foram obtidas através portal do Tribunal Superior Eleitoral, porém não foi possível ter acesso aos documentos referentes ao exercício de 2017 de três partidos em específico. Foi feita uma visita ao Tribunal Regional Eleitoral da cidade de Mossoró/RN e solicitado auxílio junto ao chefe do cartório eleitoral para buscar tais documentos, mas ainda assim não foi possível encontrá-los. Dessa forma, foram analisados os partidos seguindo a sequência de maior representatividade, sendo os seguintes: Partido dos Trabalhadores

(PT), Partido Progressista (PP), Partido Social Democrático (PSD), Partido da República (PR) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Referente a coleta de dados, a pesquisa é de natureza qualitativa, por focar no caráter subjetivo do objeto, estudando suas particularidades. Considerado também um estudo longitudinal e multicaso, devido analisar dados referentes aos exercícios de 2013 à 2017.

O tratamento de dados foi realizado através de análise de conteúdo, constituído primeiro de exame e interpretação dos indicadores econômico-financeiros e em seguida interpretado os dados referentes às análises verticais e horizontais mediante um roteiro, com o objetivo de ressaltar os principais pontos observados nas demonstrações. Bardin (2011) menciona que esse processo de análise se dá por fazer um estudo do material e seus dados, chegando a uma conclusão e conseqüentemente interpretação dos assuntos pesquisados.

Os cálculos foram elaborados por meio da ferramenta Excel, inserindo as fórmulas citadas no referencial teórico e sua apresentação foi através de tabelas. Dessa forma, os dados foram tratados de forma a descrever os resultados alcançados diante o objetivo da pesquisa, estabelecendo um confronto entre a teoria da revisão de literatura e resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados procedeu-se por meio das informações extraídas do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, compreendendo os períodos de 2013 à 2017, fazendo-se uma comparação com o primeiro e último ano.

Indicadores Econômico-Financeiros

Neste tópico são apresentados os resultados relacionados aos indicadores econômico-financeiros. Quanto aos índices de liquidez, foram analisados a liquidez corrente, seca, imediata e geral, sendo os dois primeiros evidenciados na Tabela 1.

Tabela 1 – Índices de Liquidez Corrente e Seca.

	Liquidez Corrente		Liquidez Seca	
	2013	2017	2013	2017
PT	0,50	1,11	0,50	1,11
PP	2,06	119,56	2,06	119,56
PR	11,39	162,63	11,39	162,63
PSD	41,1	11,02	41,1	11,02
PSB	0,74	0,73	0,69	0,73

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Pode-se analisar que elas apresentaram valores iguais nos dois indicadores em ambos os anos, com exceção do PSB em 2013 que possuía estoque de material de divulgação. Isso se dá devido ao fato dos partidos não possuírem estoques, por não serem empresas comerciais, fazendo com que as fórmulas fiquem as mesmas. O PT teve uma pequena alteração, alcançando um patamar considerado ideal para esses indicadores. PSD reduziu seus resultados em torno de 15% ao ano, no entanto os mesmos continuaram superiores a 1. O único que não conseguiu evoluir nesse aspecto foi o PSB, decorrente de prejuízos em exercícios anteriores.

Dentre os que mais se destacaram está o PP e PR, com evolução em mais de 1.000% ao ano, decorrente do aumento de representantes na câmara federal, onde Bolognesi (2016) corrobora falando que esses partidos receberam mais recursos oriundos do fundo partidário após o pleito de 2014, proporcionando maior captação de recursos, justificando o expressivo crescimento.

A liquidez imediata indica a capacidade de pagamento da empresa no curtíssimo prazo, conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Índice de Liquidez Imediata.

	2013	2017
PT	0,38	1,08
PP	1,57	111,21
PR	11,36	162,47
PSD	41,1	9,39
PSB	0,67	0,68

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

É possível identificar crescimento no PT, PR e PP, pois passaram a investir mais em aplicações financeiras. PSD também conseguiu aumentar suas aplicações, entretanto o caixa diminuiu e o passivo circulante teve um aumento expressivo, ocasionando

redução neste indicador. Já o PSB extinguiu suas aplicações, possivelmente para cobrir débitos oriundos de prejuízos acumulados, acarretando aumento no passivo. Fermon, Moreira e Souza Neto (2017) contribuem nesta temática, afirmando que esse indicador é considerado o mais conservador de todos, pois vai analisar a capacidade da entidade honrar seus compromissos de imediato, sendo um dos mais importantes no processo de análise.

A Tabela 3 apresenta os resultados da liquidez geral, que expressa a saúde financeira da entidade no longo prazo.

Tabela 3 – Índice de Liquidez Geral.

	2013	2017
PT	1,26	1,69
PP	2,06	119,56
PR	11,39	162,92
PSD	41,1	11,02
PSB	0,75	0,73

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Foi constatado que nenhum dos partidos estudados apresentaram exigível a longo prazo, indicando que suas obrigações eram todas vencíveis no mesmo exercício. Também foi possível observar que a maioria não possuía direitos a longo prazo, com exceção do PT que tinha em ambos os anos, do PR em 2017 e do PSB em 2013, fazendo com que o resultado deste índice permanecesse praticamente igual ao da liquidez corrente. O PT como possuía direitos a longo prazo aumentou seus resultados. Os que não obtiveram evolução foram PSB e PSD, este último apresentando redução significativa em todos os índices de liquidez.

Para Rodrigues (2018) são necessárias as entidades conseguirem obter resultados acima de 1 nos índices de liquidez, pois para cada R\$1,00 de dívida no curto ou longo prazo ela conseguirá ter um saldo positivo, indicando que as mesmas usufruem de boa saúde financeira.

Relativo aos indicadores de endividamento, foram analisados os índices de participação de capital de terceiros sobre recursos totais, garantia do capital próprio ao capital de terceiros e a composição do endividamento, expostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Índices de Endividamento.

	Participação de CT sobre RT		Garantia do CP ao CT		Composição do Endividamento	
	2013	2017	2013	2017	2013	2017
PT	42,55%	54,55%	1,35	0,83	100%	100%
PP	46,8%	0,8%	1,14	119,41	100%	100%
PR	8,53%	0,61%	10,72	163,2	100%	100%
PSD	2,43%	9,08%	40,1	10,02	100%	100%
PSB	103,30%	119,67%	-0,03	-0,16	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O primeiro índice mostra o valor percentual do ativo que é financiado por capitais de terceiros. O PSB foi o único que possuía valores acima de 100%. Justifica-se devido o passivo total ser maior que o ativo total, fazendo com que seu patrimônio líquido ficasse negativo para fechar a equação básica da contabilidade, que é o total do ativo ser igual ao total do passivo. Significa dizer que o mesmo não possuía nenhum recurso próprio no exercício de 2013 e em 2017 tal indicador cresceu ainda mais, fazendo o patrimônio líquido ficar negativo novamente para fechar a equação. Isso se deu em decorrência de déficits acumulados de exercícios anteriores. Já o PP e PR evoluíram ao reduzir as dívidas e aumentar significativamente o patrimônio líquido, devido maior recebimento de recursos oriundos do fundo partidário.

O PSD ampliou consideravelmente seu passivo circulante, mas o ativo circulante não acompanhou o crescimento, ocasionando maior dependência a terceiros. PT aumentou suas obrigações e o ativo, mas não progrediu o capital próprio, explicando o acréscimo. Na visão de Silva, Couto e Cardoso (2016), um elevado índice de capital de terceiros na entidade não é bom, pois indica dependência e risco, já que estará utilizando recursos que não são da empresa.

O segundo reflete a garantia que os partidos tem de seu capital próprio ao capital de terceiros, sendo ideal manter esse valor acima de 1. PP e PR mais uma vez progrediram, enquanto o PT não alcançou aumento em tal conta na mesma proporção que o passivo, justificando o decréscimo. O PSB não obtinha garantia alguma em 2013, conseguindo evoluir, mas ainda abaixo dos valores considerados ideais para esse índice. PSD teve declínio neste indicador, mas ainda assim possuía garantia de seu capital próprio. Na opinião de Francisco (2015), quanto maior a garantia que a entidade tem de seu capital próprio, melhor para ela, pois assim não será totalmente dependente de

terceiros.

O último indicador mostra a composição do endividamento. Foi identificado que todos os partidos analisados tinham 100% de seu capital vencível no curto prazo. Justificado pelo fato de não possuírem exigível a longo prazo, conforme o que consta divulgado nas demonstrações. Como caracteriza Beling (2010), a composição do endividamento é altamente importante, pois revela se a organização tem valor considerável de obrigações no curto prazo e que nem sempre possui liquidez substancial necessária para cobrir tais dívidas.

A Tabela 5 evidencia os índices de rentabilidade, sendo eles a taxa de retorno sobre o investimento e a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido.

Tabela 5 – Índices de Rentabilidade.

	Taxa de Retorno sobre o Investimento		Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido	
	2013	2017	2013	2017
PT	47,43%	26,01%	82,57%	57,23%
PP	41,13%	42,35%	77,32%	42,71%
PR	67,88%	39,47%	74,21%	39,72%
PSD	30,58%	25,66%	31,34%	28,22%
PSB	-80,71%	-83,16%	-2483%	-422,77%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao analisar esses indicadores em partidos políticos deve-se ter atenção ao fato de serem entidades sem fins lucrativos, conseqüentemente não têm objetivo de auferir lucro. Tais cálculos foram meramente ilustrativos, com o intuito de verificar se eles conseguiriam ser rentáveis ou não.

A taxa de retorno sobre o investimento mede o poder de ganho da organização, mostrando o retorno para cada quantia investida. É possível identificar que apenas o PP obteve evolução, pois cresceu seu ativo e superávit financeiro nas mesmas proporções. Enquanto o PT e PR não se mantiveram nesse ritmo, tendo um aumento no superávit menor que do ativo. O PSD ao passar dos anos não progrediu, tendo uma redução de seu superávit maior que o aumento do ativo. Como descrito por Kich, Liz e Baptiston (2016), esse índice procura analisar em quanto tempo a entidade conseguirá recuperar o capital investido, sendo importante manter-se com um nível de rentabilidade alta, onde essa informação servirá como base para os gestores e investidores identificarem a

sustentabilidade do negócio.

A análise do segundo índice mostra o ganho dos proprietários ao investir na entidade, sendo perceptível a redução deste indicador em todos os partidos, onde PT, PP e PR tiveram aumento considerável do patrimônio líquido, porém o superávit não acompanhou esse crescimento. O PSD diminuiu o superávit e patrimônio líquido na mesma proporção. O PSB teve seus resultados negativos, indicando não ter nenhuma rentabilidade. Lisboa e Freire (2017) relatam que esse indicador é utilizado para mostrar se o superávit gerado pela empresa é capaz de pagar os investidores, expondo se é viável investir nela.

Dessa forma, mesmo diante das reduções ao longo dos anos, 4 dos 5 partidos conseguiriam ser rentáveis e caso tivessem sócios-investidores, os mesmos teriam um retorno sobre tal investimento a médio longo prazo.

Análise Vertical e Horizontal

Neste tópico foi evidenciado a análise vertical e horizontal, sendo elaborada através de roteiro do qual buscou-se ressaltar os principais pontos no Balanço Patrimonial (BP) e na Demonstração Do Resultado Do Exercício (DRE), fazendo-se uma comparação com os exercícios de 2013 e 2017.

Primeiro foi identificado se houve variação no ativo total e o motivo de seu crescimento/decrécimo, por meio da análise horizontal.

Conforme mostra a Tabela 6, todos os partidos obtiveram gradativo crescimento. O partido de maior destaque foi o PR, aumentando de forma considerável seus recursos. Já o PSD não conseguiu uma boa evolução nesse aspecto durante os 5 anos analisados.

Tabela 6 – Variação do ativo.

PT	148,75%
PP	397,99%
PR	411,40%
PSD	4,37%
PSB	190,03%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O motivo desse crescimento, em todos os partidos, deu-se em virtude do ativo

circulante, tendo o PR um aumento de 421,18% e o PSD 4,37% no período, com destaque para a conta aplicações financeiras que cresceu 462,42% e 48,38% respectivamente. Já o PT ampliou seu ativo circulante em aproximadamente 604,75%, o PP em 412,86% e o PSB em 229,03%. A conta que mais evoluiu nesses últimos foi a banco conta movimentos.

Com relação ao ativo não circulante, foi possível identificar nos BP divulgados, que o PSD não tinha nenhuma conta deste grupo e apenas PT e PSB constaram possuírem bens imóveis. Já o PR e PP divulgaram apenas bens móveis e intangíveis. Dessa maneira, subentende-se que em quase todos os partidos os bens essenciais à sua manutenção, como imóveis e equipamentos, são oriundos de doações ou contratação de serviços terceirizados.

A resolução 23.546/17 reforça esse entendimento ao mencionar que os partidos podem receber doações de bens ou serviços, devendo esses serem avaliadas de acordo com os preços praticados no mercado e serem comprovados mediante documento fiscal em nome do doador, especificando o bem ou serviço doado (BRASIL, 2017). Contudo não foi possível confirmar com exatidão se esses bens ou serviços foram doados ou contratados, pois as DREs foram publicadas de forma simplificada, não detalhando as contas de receitas e despesas.

Em seguida foi apontado através da análise vertical se a estrutura do ativo foi modificada.

Apenas o PT teve sua estrutura modificada, onde o ativo circulante representava 21,46% em 2013, passando a representar 60,81% em 2017. Já o ativo não circulante representava 78,54% em 2013, passando a representar 39,19% em 2017. O PP e PR tinham seu ativo circulante dominante em ambos os anos e em 2013 representavam 96,41% e 97,19% respectivamente, passando a representar 99,29% e 99,04%, não mudando sua estrutura. PSD não foi modificado, pois só possuía ativo circulante. No PSB o ativo circulante representava a maior parcela do ativo, não ocorrendo alterações significativas. Esses dados confirmam que a maioria dos partidos estudados tinham seus direitos vencíveis no curto prazo.

Ainda conforme Schaefer (2017), as executivas nacionais recebem mensalmente recursos do fundo partidário, ficando a critério deles decidirem sobre sua utilização, possibilitando a concentração de todos os valores no diretório nacional. É possível

confirmar essa informação ao identificar que 4 dos 5 partidos analisados tiveram aumento significativo no grupo do disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras) e as transferências a outros diretórios não aumentaram na mesma proporção, acumulando recursos na direção nacional.

Este ponto evidenciou quem financiou o ativo, o capital próprio ou de terceiros, mediante os resultados da análise vertical.

A Tabela 7 mostra que o PP, PSD e PR tiveram seu ativo financiado pelo capital próprio. Destaque para a conta superávit acumulado como a que mais evoluiu nesses partidos. O PT e PSB tiveram como financiador o capital de terceiros. A conta que mais cresceu nesse grupo em ambos os partidos foi transferência de recursos a programas e ações do projeto mulher.

Tabela 7 – Financiamento do Ativo.

	Capital de Terceiros		Capital Próprio	
	2013	2017	2013	2017
PT	42,55%	54,55%	57,45%	45,45%
PP	46,8%	0,8%	53,2%	99,17%
PR	8,53%	0,61%	91,47%	99,39%
PSD	2,43%	9,08%	97,57%	90,92%
PSB	103,25%	119,67%	-3,25%	-19,67%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ainda sobre o Balanço Patrimonial, foi feito breve comentário do patrimônio líquido com relação ao passivo circulante através da análise vertical.

Nesse quesito, ressalta-se o fato de os partidos estudados não possuírem passivo não circulante, sendo as suas dívidas vencíveis no curto prazo. A ausência deste grupo é fundada pelo fato de que suas as obrigações são apenas para manter o órgão, que conforme Bolognesi (2016), suas principais obrigações consistem na manutenção de suas atividades, como pagamento de pessoal, custeio das sedes, entre outros serviços essenciais a sua organização.

Em termos de representatividade do patrimônio líquido, os que mais evoluíram foram o PP com crescimento de 45,97% e PR com 7,92%. O PSB cresceu 16,42%, porém seu patrimônio líquido continuou negativo para fechar a equação patrimonial. Já o PT e PSD reduziram seu capital próprio em 12% e 6,65. A conta que mais contribuiu para esse crescimento/redução foi a déficit/superávit acumulado. Silva, Couto e Cardoso (2016) dizendo que o fato de as organizações não terem capital próprio não as impedem

de auferir resultados positivos, podendo alcançá-los também através do capital terceiros.

Ao analisar a Demonstração do Resultado do Exercício, inicialmente foi observado por meio da análise horizontal o desempenho da receita líquida.

A Tabela 8 demonstra que apenas o PT teve redução de receitas ao longo dos anos, enquanto os demais evoluíram.

Tabela 8 – Receita Líquida.

PT	-27,92%
PP	81,21%
PR	82,66%
PSD	64,49%
PSB	39,65%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em outras empresas é possível fazer uma comparação do lucro bruto com o custo das mercadorias/serviços, no intuito de estudar se os custos estão sendo bem administrado. No caso de partidos não é praticável, por não possuírem mercadorias/serviços para a venda.

Foi verificado ainda alguns pontos fracos e fortes nesta demonstração, mediante as análises horizontais e verticais.

Devido divulgarem essa demonstração de maneira simplificada, só foi possível identificar o crescimento/redução das receitas, despesas e do superávit/déficit. Apenas o PT reduziu suas receitas, sendo avaliado como ponto fraco para a empresa, enquanto os demais conseguiram crescer de forma gradual, considerado ponto forte. Com relação as despesas, o PT diminuiu as mesmas em cerca de 29,48%, tendo os demais aumentado tal conta. Quando ocorre crescimento de receitas e despesas em conjunto não necessariamente é algo negativo, como também reduzir despesas e receitas não é ponto positivo.

Não se deve julgar aumento de despesas, na maioria dos partidos, como um ponto negativo, haja vista que as receitas também aumentaram durante os 5 exercícios analisados. Bolognesi (2016) contribui ao dizer que os partidos com maior arrecadação de receitas têm consequentemente maiores despesas, pois na medida que elegem mais candidatos, passam a receber mais recursos do fundo partidário e doações, crescendo o número de filiados e sua organização, realizando mais reuniões, treinamentos, acarretando aumento nos custos.

Por fim, foi feito comentário sobre o superávit/déficit baseado nos dados da

análise horizontal.

O PP obteve o melhor resultado e o PSD foi o único que não progrediu, tendo aumento de despesas em 71,75% e redução do seu superávit, de acordo com os dados da Tabela 9.

Tabela 9 – Superávit/Déficit.

PT	36,40%
PP	412,73%
PR	197,38%
PSD	-12,41%
PSB	198,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na medida em que as despesas aumentaram, o superávit cresceu em termos percentuais ainda maiores. Logo, esse acréscimo não deve ser considerado ponto fraco. Somente o PT conseguiu aumentar o superávit e diminuir despesas, considerado ponto forte. Dessa forma, este tipo de análise torna-se extremamente relevante, por evidenciar fatores que levaram a organização ao superávit ou déficit, expondo seu desempenho durante o exercício (RODRIGUES, 2018).

CONCLUSÕES

Diante da necessidade das organizações em extrair informações de suas demonstrações contábeis para subsidiar o processo de tomada de decisões, o estudo mostrou-se de caráter construtivo. Mediante dos resultados obtidos pode-se ressaltar alguns pontos. Dos partidos estudados, PSB foi o único que não obtinha liquidez satisfatória para cobrir suas dívidas e apenas o PSD reduziu tais indicadores, mas ainda dentro dos parâmetros ideais. Os demais evoluíram gradativamente. Relativo ao endividamento, todos possuíam dívidas apenas no curto prazo, tendo o PT e PSB nenhuma garantia de seu capital próprio ao de terceiros. Referente à participação de capital de terceiros sobre os recursos totais, PP e PR se sobressaíram, tendo mais recursos próprios. Quanto à rentabilidade, apenas PSB não conseguiu ser rentável e os demais proporcionariam retorno a médio longo prazo.

Os partidos que mais evoluíram foram PP e PR, conseguindo aumentar substancialmente seu ativo, receitas e capital próprio. O PT teve uma evolução mais discreta, aumentando o ativo, reduzindo receitas e recursos próprios, mas mantendo-se

num patamar positivo. O PSD não se desenvolveu, pois reduziu praticamente todos os seus recursos, com ressalva apenas para um leve crescimento do ativo. Já o PSB dispôs de evolução pouco expressiva, decorrente de prejuízo em exercícios anteriores, acarretando algumas dificuldades financeiras.

Com base nessas informações o objetivo da pesquisa foi alcançado, tendo em vista que 3 partidos, PP, PR e PT, conseguiram evoluir nos aspectos econômico-financeiros. O PSB conseguiu progredir ao passar dos anos, saindo de um quadro deficitário para uma situação superavitária, ainda que em quantidades pouco expressivas. PSD foi o único partido que não cresceu, ocorrendo leve redução de seus recursos ao longo dos exercícios estudados.

Nesse contexto, os resultados alcançados não podem ser generalizados, tendo em vista a limitação da amostra a partidos menores. Portanto sugere-se a ampliação da mesma a demais partidos, como também avaliar exercícios mais recentes, haja vista mudanças ocorridas na forma de recebimento de doações após o exercício de 2017 e as eleições ocorridas no ano de 2018, da qual influenciou o crescimento e redução de inúmeros partidos.

REFERÊNCIAS

ABIB, M.; CATAPAN, E. A.; CATAPAN, A.; CATAPAN, D. C.; VEIGA, C. P. D. Análise das demonstrações contábeis como etapa preliminar para elaboração do planejamento de curto, médio e longo prazo no Brasil: um estudo de caso na Votorantim Cimentos. Revista Espacios. Caracas/Venezuela, v. 36, n. 8, p. 4-12, 2015.

ALBUQUERQUE, A. C. C. D. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Fundamentos de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

AZEVEDO, M. C. D. **Estrutura e análise das demonstrações financeiras**. 2. ed. Campinas/SP: Alínea, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELING, M. **A utilização dos índices financeiros na avaliação do risco para a tomada de crédito no ramo de transporte de passageiros**. 2010. 28 f. Artigo (Graduação em Ciências Contábeis) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Cacoal/RO, 2010.

BOLOGNESI, B. Dentro do estado, longe da sociedade: a distribuição do fundo partidário em 2016. **Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**. Curitiba/PR, v. 3, n. 11, p. 1-15, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Lei dos Partidos Políticos. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 1995.

BRASIL. Resolução nº 23.546, de 18 de dezembro de 2017. **Das Obrigações Relativas a Finanças, Contabilidade e Prestação de Contas**. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2017.

BRITO, S. M. F. D.; DANTAS, M. G. S. Julgamento da prestação de contas dos partidos políticos do estado do Rio Grande do Norte: quais aspectos se relacionam com sua aprovação e desaprovação? **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. Bahia, v. 6, n. 1, p.188-208, 2016.

COSTA, C. S. **Análise das demonstrações contábeis no setor público – avaliação de indicadores financeiros e de solvência**. 2018. 18 f. Artigo (Especialização em Contabilidade Pública) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina/SC, 2018.

DIAS, J. M. L. Setor de telecomunicações da BM&FBovespa: um estudo comparativo dos índices econômicos e financeiros. 2016. 25 f. Artigo (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, 2016.

FANTI, L. D.; HRENECHEN, J. E.; MIRANDA, J. M.; SILVA, R. N. D.; REIS, R. A. D. Análise dos principais indicadores contábeis e financeiros: um estudo de caso sobre a Vale S/A nos anos de 2011 e 2012. **Revista Desafio Online**. Campo Grande/MS, v. 4, n. 1, p. 100-116, 2016.

FERMON, E. R. F.; MOREIRA, M. A. A.; SOUSA NETO, J. M. D. Análise das demonstrações contábeis de uma clínica privada de hemodiálise custeada pelo SUS no município de Fortaleza – CE. **Revista Científica FACPED**. Fortaleza/CE, v. 3, n. 3, p. 22-31, 2017.

FERRARI, E. L. **Análise de balanços: análise de demonstrações financeiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FRANCISCO, C. D. **Análise das demonstrações contábeis: um estudo de caso comparativo entre as companhias Renner e Hering**. 2015. 51 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC, 2015.

KICH, M. C.; LIZ, L. A.; BAPTISTON, C. Análise dos indicadores econômico-financeiros mais relevantes do setor calçadista brasileiro. **Revista Observatório de la Economía Latinoamericana**. Espanha, 2016.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista**

Brasileira de Ciências Sociais. Brasília/DF, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004.

LISBOA, G. C. O.; FREIRE, D. C. Auditoria e análise das demonstrações contábeis. *Revista Maiêutica Ciências Contábeis*. Indaial/SC, v.3, n.1, p. 25-43, 2017.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.

MEDEIROS, F. S. B.; NORA, L. D. D.; BOLIGON, J. A. R.; DENARDIN, E. S.; MURINI, L. T. **Gestão econômica e financeira:** a aplicação de indicadores. *In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 9, 2012, Resende/RJ.

MEZZAROBA, O.; TRAMONTINI, D. S. Partidos e representação política: desafios para a construção de uma democracia cidadã. **Revista Conpedi Law Review**. Recife/Zaragosa, v. 1, n.4, p. 90-106, 2015.

PADOVEZE, C. L. **Introdução à administração financeira:** texto e exercícios. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

RODRIGUES, M. C. **Análise das demonstrações contábeis:** comparativo entre empresas de utilidades domésticas do estado do Rio Grande do Sul. 2018. 97 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul/RS, 2018.

SCHAEFER, B. M. Como os partidos brasileiros distribuem os recursos do fundo partidário? Evidências a partir das eleições de 2014. **Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**. Curitiba/PR, v. 4, n. 5, p. 1-16, set. 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. P.; COUTO, C. H. M.; CARDOSO, A. A. B. Análise das demonstrações contábeis como ferramenta de suporte à gestão financeira. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*. São Gotardo/MG, n.13, p. 23-45, 2016.